

COMANDO DA FORÇA DE SUPERFICIE

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	791600-COMANDO DA FORÇA DE SUPERFICIE	VALDEIR COSTA DOS SANTOS	19/02/2026 14:47 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		63425.001575/2025-35

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 63425.001575/2025-35)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviço continuado de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas, com o fornecimento de peças por meio de rede credenciada, bem como o transporte por guincho, por intermédio de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, com vistas a atender às necessidades do Comando da Força de Superfície, bem como dos demais órgãos participantes, sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme as especificações constantes na tabela abaixo e nas demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento contratual.

GRUPO	ITENS	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	QTD	VALOR UNITÁRIO REFERÊNCIA (R\$)	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	DESCONTO REFERÊNCIA
	1	Prestação de serviço de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas TIPO LEVES, junto à rede credenciada, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota. (Percentual desconto referência custo-hora oficina (%))	25518	UN	588.382	R\$1,00	R\$ 0,67	33,32%
	2	Fornecimento de peças originais e genuínas ou similares para aplicação em viaturas do TIPO	25518	UN	461.726,00	R\$ 1,00	R\$ 0,67	33,32%

1		LEVES (Percentual Desconto Referência Preço Peças Tabela Oficial (%))					
	3	Prestação de serviço de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas TIPO PESADA, junto à rede credenciada, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota. (Percentual Desconto Referência Custo-Hora Oficina (%))	25518	UN	213.732	R\$ 1,00	R\$ 0,68 32%
	4	Fornecimento de peças originais e genuínas ou similares para aplicação em viaturas do TIPO PESADA (Percentual Desconto Referência Preço Peças Tabela Oficial (%))	25518	UN	301.948	R\$ 1,00	R\$ 0,63 36,96%
	5	Taxa de Administração estimada 2,00% sobre Gerenciamento de Frota (Somatório dos itens de 1 a 4), compreendendo manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e reboque. (Taxa Administração (%)).	25518	UN	31.316	R\$ 1,00	2%

Exemplos de proposta detalhada:

Exemplo 1.

Item 1:

Valor estimado: R\$ 588.382

Desconto oferecido: 35%

Cálculo do valor final com desconto:

Valor com desconto = Valor estimado – (Valor estimado × Percentual de desconto) Valor com desconto = 588.382

Conclusão:

A empresa propõe realizar o Item 1 pelo valor de R\$ 382.448,3, já aplicando o desconto de 35%.

Exemplo 2.

Item 5:

Taxa de administração original: 2%

Desconto oferecido: 30%

Cálculo da nova taxa com desconto:

Nova taxa = Taxa original – (Taxa original × Percentual de desconto) Nova taxa = 2% – (2% × 0,30) Nova taxa = 2%

Conclusão:

A empresa propõe uma taxa de administração de 1,4%, já considerando o desconto de 30% sobre a taxa original de 2%.

1.2. Após a homologação do processo, o percentual de desconto ofertado incidirá sobre os valores de tabela das peças e dos serviços, conforme exemplificado no quadro a seguir:

EXEMPLO DE DESCONTO OFERTADO	EXEMPLO DE VALOR DE TABELA PEÇAS OU SERVIÇOS (VALOR CHEIO)	VALOR A SER PAGO PELO CONTRATANTE
6%	R\$ 300,00	R\$ 282,00
10%	R\$ 1.200,00	R\$ 1.080,00
11,3%	R\$ 750,00	R\$ 665,25

1.3. A licitação está organizada em um grupo único, formados por 5 (cinco) itens. As estimativas de consumo individualizadas, do Órgão Gerenciador e dos Órgãos e Entidades Participantes encontram-se no Apêndice II deste Termo de Referência.

- 1.3.1. O Centro de Intendência da Marinha de Niterói (CeIMNi), será o Órgão Gerenciador desta licitação.
- 1.3.2. Os Órgãos ou Entidades Participantes são:
- 1.3.2.1. Comando da Força de Superfície (ComForSup), OM Líder;
- 1.3.2.2. Comando em Chefe da Esquadra (Comemch);
- 1.3.2.3. Comando da 1º Divisão da Esquadra (ComDiv-1);
- 1.3.2.4. Base Almirante Castro e Silva (BACS);
- 1.3.2.5. Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ);
- 1.3.2.6. Centro de Adestramento Altmirante Marques de Leão (CAAML);
- 1.3.2.7. Centro de Apoio a Sistemas Operativos (CASOP);
- 1.3.2.8. Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas (CMEM);
- 1.3.2.9. Comando do 1º Esquadrão de Apoio (ComEsqdAp-1);
- 1.3.2.10. Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia (NDCCAlteSaboia);
- 1.3.2.11. Navio Doca Multipropósito (NDMBahia);
- 1.3.2.12. Comando do 1º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-1);
- 1.3.2.13. Comando do 2º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-2);1.3.2.14. Comando da Força de Submarinos (ComForS);
- 1.3.2.15. Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC)
- 1.3.2.16. Centro De Instrução E Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMa)
- 1.3.2.17. Navio -Escola Brasil (NEBrasil);
- 1.3.2.18. Navio -Aeródromo Multipropósito Atlântico (NAMAtlantico); e
- 1.3.2.19. Navio Veleiro Cisne Branco (NVeCisneBranco).
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou recebimento /aceite do instrumento substitutivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e o art. 20 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.7. O critério de julgamento adotado será o MAIOR DESCONTO POR GRUPO, observadas as exigências contidas no Edital e seus anexos, quanto às especificações.
- 1.8. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATSER e aquelas presentes no Termo de Referência (item 1.1), prevalecerá a descrição do Termo de Referência.
- 1.9. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), do PA (Plano de Ação) e do Planejamento de Contratações Consubstanciada no SAFIN (Sistema de Acompanhamento Financeiro) para ano de 2025, que são ferramentas utilizadas pela Marinha do Brasil análogas ao PAC (Plano Anual de Contratação), conforme consta das informações básicas nos Estudos Técnicos Preliminares Apêndice I deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição completa da solução, conforme mencionado nos Estudos Preliminares, abrange a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas, junto à rede credenciada, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, para atender as necessidades do Comando da Força de Superfície e dos Órgãos ou Entidades Participantes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os itens relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo

artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes

procedimentos:

4.1.2.1 recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.2.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado

no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.2.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da

Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;"

4.1.2.4. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

4.1.2.4.1. que esteja previamente registrado na ANP;

4.1.2.4.2. de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;

4.1.2.4.3. que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

4.1.2.4.4. classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP; 4.1.2.4.5. que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

4.1.3. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas

originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

4.1.3.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

4.1.3.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

4.1.3.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação

4.1.3.4. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.3.5. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

4.1.3.6. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias, cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.1.3.7. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de bateria chumbo ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

4.1.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas.

4.1.4.1. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus, com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, B, C e D, nos termos da Portaria INMETRO nº 379, de 2021, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.1.4.2. Para os produtos que serão utilizados nos serviços objeto deste Termo de Referência, cuja atividade de fabricação, industrialização ou importação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a utilização de produtos cujo fabricante, importador ou reformador esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.5. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.6. O custo da aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental exigidos correrá por conta da CONTRATADA.

4.1.7. O Plano de Logística Sustentável (PLS) se caracteriza como instrumento de governança, a razão pela não utilização do referido Plano pelo Comando da Força de Superfície, se justifica em virtude do custo inicial elevado, onde a implementação de uma logística sustentável pode requerer investimentos globais em infraestrutura, tecnologias, treinamento de militares. É essencial ressaltar que, embora essas justificativas possam ser válidas, a importância da logística sustentável e da responsabilidade ambiental não pode ser ignorada no cenário global atual, logo nesse mesmo diapasão ao Comando da Força de Superfície vincula o seu Plano Estratégico Organizacional como ferramenta análoga ao Plano de Logística Sustentável, conforme preconizado no Termo de Justificativa para Não Utilização do Plano de Logística Sustentável anexado nos autos do processo.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, serão admitidas tanto marcas originais quanto similares das viaturas mencionadas no Apêndice III (Tabela de Relação de Viaturas), desde que comprovem atendimento integral às especificações técnicas e requisitos mínimos estabelecidos neste edital.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar Apêndice I deste Termo de Referência.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia da execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 horas às 15:30 horas.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. O agendamento deverá ser efetuado previamente pelos seguintes telefones:

4.7.1. (21) 2189-4752 - Centro de Intendência da Marinha de Niterói (CeIMNi), Órgão Gerenciador;

Órgãos Participantes:

4.7.2. (21) 2189-1935 – Comando da Força de Superfície (ComForSup);

4.7.3. (21) 2189-1018 - Comando em Chefe da Esquadra (Comemch);

4.7.4. (21) 2189-1536 – Comando da 1º Divisão da Esquadra (ComDiv-1);

4.7.5. (21) 2189-1100 – Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ);

4.7.6. (21) 2189-1308 - Base Almirante Castro e Silva (BACS);

4.7.7. (21) 2189-1350 – Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML);

4.7.8. (21) 2189-1455 – Centro de Apoio a Sistemas Operativos (CASOP);

4.7.9. (21) 2189-1481 – Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas (CMEM);

4.7.10. (21) 2189-1935 – Comando do 1º Esquadrão de Apoio (ComEsqdAp-1);

4.7.11. (21) 9789-30337 - Navio de Desembarque de Carros de Combate Almirante Saboia (NDCCAlteSaboia);

4.7.12. (21) 2189-1503 - Navio Doca Multipropósito (NDMBahia);

4.7.13. (21) 2189-1061 – Comando do 1º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-1);

4.7.14. (21) 2189-1488 – Comando do 2º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-2);

4.7.15. (21) 3609-9673 - Comando da Força de Submarinos (ComForS);

4.7.16. (21) 3609-9673 - Grupamento de Mergulhadores de Combate (GruMeC);

4.7.17. (21) 2189-5201 - Centro De Instrução E Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAmA);

4.7.18. (21) 2189-1553 - Navio -Escola Brasil (NEBrasil);

4.7.19. (21) 2178-7435 - Navio -Aeródromo Multipropósito Atlântico (NAMAtlantico); e

4.7.20. (21) 96921-5432 - Navio Veleiro Cisne Branco (NVeCisneBranco).

4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.8.2. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de

bem elaborar sua proposta.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.11. Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.12. A adoção do Sistema de Registro de Preços, e seu enquadramento encontra amparo nos incisos I, II, III e IV do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, visto que, a aquisição dos bens visam contratações permanentes ou frequentes, entregas parceladas e quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.13. Realizada a análise do objeto da contratação à luz do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, do Ministério da Economia (ME) e pela Portaria nº 38, de 21 de março de 2022, da Marinha do Brasil (MB) /Ministério da Defesa (MD), que estabeleceu normas complementares considerando que as contratações referentes ao custeio da máquina pública federal merecem uma supervisão dos dirigentes quanto à qualidade das despesas públicas, buscando um melhor aproveitamento dos recursos públicos e, considerando a natureza das atividades contratadas e não a classificação orçamentária da despesa, logo esta Administração declara, que as contratações dos objetos pretendidos constituem atividades de custeio.

4.14. O prazo de execução dos serviços será de até 20 (vinte) dias úteis e o prazo de entrega das peças e suprimentos é de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho (ou ordem de serviço), em remessa única.

4.15. Os Serviços deverão ser realizados pelas oficinas credenciadas pela CONTRATADA com comprovada capacidade técnica na área de fornecimento de peças e de manutenção preventiva e corretiva em viaturas leves e pesadas, com aplicação de peças originais ou similares com as mesmas especificações técnicas (ABNT NBR 15296), e que tenha perfeita adequação as marcas de viaturas que compõem a frota das Organizações Militares sediadas no Órgão Gerenciador, bem como dos demais Órgãos Participantes desse processo licitatório.

4.16. Nenhuma peça fornecida pela oficina credenciada poderá ser remanufaturada, recondicionada, reciclada, ou de segunda mão.

4.17. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem a utilização desses.

4.17.1. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema online, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

4.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos que a integrarem, respeitado o prazo de 7 (sete) dias, a partir da assinatura do contrato e/ou outro instrumento equivalente ou da solicitação da Contratante.

4.18.1 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

4.18.2. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos através de sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

4.18.3. Registro informatizado dos dados dos serviços de manutenção realizados, disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (online).

4.18.4. Acesso para os Gestores de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante.

4.18.5. Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

4.18.6. Interface digital e amigável.

4.18.7. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pela Contratada, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão, não se admitindo, nesse caso, restrição de período. O sistema deverá permitir a extração de dados de todos relatórios emitidos através do software "EXCEL".

4.18.8. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA , utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE, não deverá ser superior a 05 (cinco) dias corridos.

4.18.9. As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas online no sistema de gestão.

4.18.10. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows Vista/Seven/8/10/11 e Linux, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, LibreOffice e BrOffice, ou outro que possa vir ser a utilizado pela Contratante, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da CONTRATADA quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

4.18.11. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.

4.18.12. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atentando-se para o prazo de 7

- (sete) dias. Tal prazo poderá ser prorrogado mediante negociação entre a Administração e a CONTRATADA.4.18.13. Sob nenhuma hipótese, caberá à CONTRATADA a autorização de execução de serviços ou aquisições de peças, ficando sob sua única responsabilidade, o ônus havido de uma execução de serviço/materiais nesses parâmetros.
- 4.19. A CONTRATADA deverá apresentar relação de sua rede credenciada em até 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato e/ou outro instrumento equivalente, que deve estar apta a atender em todo território Nacional para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, retifica, alinhamento e balanceamento, devendo atender os seguintes requisitos:
- 4.19.1. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.
- 4.19.1. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da CONTRATADA.
- 4.19.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos junto às oficinas credenciadas.
- 4.19.3. Em caso de veículo dentro da garantia de fábrica, a CONTRATADA deverá, caso possível, cadastrar Concessionárias Autorizadas para execução dos serviços. Em havendo mais de uma cidade de localização da Organização Militar, será proporcionada a livre concorrência, como ocorre com os veículos fora da garantia.
- 4.20. A CONTRATADA deverá credenciar oficinas nas imediações do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes do processo em tela, conforme localidades dispostas no instrumento convocatório.
- 4.21. NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EMERGENCIAL, Se dará quando uma pane de viatura leve, pesada ou de equipamento impedir o deslocamento do veículo até o local de manutenção, podendo ocorrer por equipe volante indicada pela contratada, nos mesmos moldes do item anterior considerando o custo da hora do serviço a partir da saída dos profissionais de sua base até o seu retorno a ela. Para fins de calculo de custo, deverá se considerar 1 hora de serviço mecânico especializado para cada 60 km rodados (supondo um deslocamento da equipe a 60Km/h). Esta equipe deverá estar provida ou capaz de ser apoiada por veículo capacitado ao reboque da viatura socorrida até o ponto de apoio de manutenção mais próximo, indicado pela contratada, caso não seja possível a depanagem do veículo para tal. O custo do rebocamento estará incluso no custo da hora, que não poderá ultrapassar as 6 horas de atendimento. Toda fração de hora será cobrada como “hora cheia” para fins de calculo, devendo sempre considerar a menor distância viável para o atendimento, preferencialmente por vias asfaltadas. O apoio mecânico e o rebocamento não poderão ser cobrados de forma cumulativa.
- 4.22. DO ATENDIMENTO FORA DE SEDE, se dará nos mesmos termos do contrato, dentro dos estados da região Sudeste, podendo ser terceirizado na forma de equipe volante quando não houver possibilidade de credenciadas próximas que possam atender, visando a economicidade e a eficiência. O atendimento fora de sede deverá ser eminentemente emergencial, visando permitir o retorno da viatura/equipamento para a sede da contratante, podendo haver atendimento fora de sede de caráter definitivo desde que comprovadamente vantajoso para a administração e a partir da anuência e aquiescência da contratada, mantendo os padrões estabelecidos neste termo.
- 4.23. A Contratada manterá um representante/preposto para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato ou outro instrumento equivalente.
- 4.24. Não existe a possibilidade de transferência de tecnologia aplicada ao serviço pois tal nível de manutenção não faz parte do escopo desta Organização Militar, a qual não possui ferramental necessário para a realização deste serviço em se tratando de serviço comum sem aplicação de técnicas inéditas para este Órgão Gerenciador e os demais Participantes.
- 4.25. Serão exigidos os Documentos de Habilitação, em razão para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público, conforme preconizado no Termo de Justificativa para Exigência de Condição de Habilitação anexado nos autos do processo.
- 4.26. A Contratada deverá seguir rigorosamente a descrição supracitada no Instrumento Convocatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto será de 10 (dez) dias corridos contados, da assinatura do contrato ou outro instrumento substitutivo, tempo este em que deverá ser instalado o sistema e disponibilizado o treinamento para o servidor responsável pelo gerenciamento do sistema na forma que segue:

- 5.1.1.1. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente, a CONTRATADA deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela CONTRATANTE a utilizar todos os recursos do sistema, no prazo máximo de 7 (sete) dias, dentro dos 10 dias previstos para implementação do sistema.
- 5.1.1.2. Deverão ser fornecidos todos os materiais didáticos e os manuais de operação para os fiscais e usuários do sistema, além de outros que podem ser indicados pela CONTRATANTE.
- 5.1.1.3. A data de realização e conteúdo programático do curso deverão ser previamente alinhados com a CONTRATANTE.
- 5.1.1.4. A CONTRATADA deverá oferecer treinamento de reciclagem sempre que houver necessidade, e este treinamento poderá ser demandado pela CONTRATANTE a qualquer tempo.
- 5.1.2. Operações realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da CONTRATADA e os operadores – servidores autorizados da CONTRATANTE, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus), com possibilidade de acesso a partir de qualquer terminal conectado à internet, por meio de login e senha de usuário.
- 5.1.3. Disponibilizar rede de oficinas mecânicas para a prestação dos serviços de manutenção de veículos e fornecimentos de peças no Estado do Rio de Janeiro (RJ), no Estado de São Paulo (SP), Estado de Minas Gerais (MG), no Estado do Espírito Santo (ES), no Estado de Goiás (GO) e no Distrito Federal (DF) quando for solicitado, credenciando estabelecimentos idôneos.
- 5.1.4. A plataforma de trabalho deverá estar disponível de forma contínua para a CONTRATANTE realizar, no mínimo, as seguintes operações:
- 5.1.4.1. abrir Ordens de Serviço on-line/real time;
- 5.1.4.2. receber orçamento on-line/real time, com opção para extração em formato planilha ou PDF, para fins de controle e arquivo;
- 5.1.4.3. avaliar e aprovar on-line/real time orçamentos de peças, acessórios e serviços;
- 5.1.4.4. cotar preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time;
- 5.1.4.5. visualizar a combinação mais econômica entre as cotações realizadas;
- 5.1.4.6. autorizar a realização de serviços de manutenção e reparos, bem como o fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração;
- 5.1.4.7. acompanhar on-line o status dos serviços que estiverem sendo executados;
- 5.1.4.8. cadastrar e alterar operadores e veículos;
- 5.1.4.9. controlar e gerenciar as regras de uso e limites de despesas;
- 5.1.4.10. gerar relatórios gerenciais, com opção para extração em formato planilha ou PDF;
- 5.1.4.11. gerar relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período preestabelecido, individualizados por veículos ou grupos de veículos, no que couber, que possibilitem a análise de gastos discriminados por item (peças e serviços);
- 5.1.4.12. visualização dos saldos de cada veículo e possibilidades e redistribuição dos saldos; e
- 5.1.4.13. demonstrativo do faturamento mensal, relativo a cada fechamento de período e emissão de nota fiscal para pagamento, discriminando valores gastos com manutenção (peças, serviços) e taxa de administração.
- 5.1.5. A plataforma de trabalho deverá possibilitar à CONTRATANTE a aquisição, por meio da rede credenciada da CONTRATADA, de quaisquer peças de reposição, nos termos do previsto na norma ABNT NBR 15296.
- 5.1.6. para efeito de solicitação da origem de peças a serem fornecidas serão consideradas as seguintes nomenclaturas:
- 5.1.6.1. genuínas: produzidas com controle de qualidade do fabricante ou montadora do veículo e constantes de seu catálogo. Serão obrigatoriamente utilizadas quando na execução de revisões periódicas realizadas durante o período de garantia especificado pelo fabricante;
- 5.1.6.2. originais: aquelas que possuem os mesmos padrões e níveis de qualidade exigidos pelo fabricante; e
- 5.1.6.3. segunda linha: produto não original, que não seja recondicionado, mas que atenda os níveis de qualidade e aplicabilidades recomendadas ou indicados pelo fabricante ou montadora do veículo.
- 5.1.7. excepcionalmente, quando não houver disponibilidade de peças novas e originais no mercado e mediante comprovação por parte da credenciada pela CONTRATADA, poderá ser admitida a substituição por peça de segunda linha.
- 5.1.8. O sistema da Contratada deverá, de forma automática, enviar solicitação de orçamento para todas as oficinas credenciadas na localidade em que se pretende executar o serviço;
- 5.1.9. deverá ser apresentado 3 (três) orçamentos ou mais para cada Ordem de Serviço aberta, a depender da

avaliação da gestão e fiscalização, previamente à autorização para sua execução.

5.1.10. A CONTRATADA é responsável pelas cotações e transações que envolvam os orçamentos, junto à rede credenciada de oficinas, devendo estabelecer o mesmo critério de competição considerando a localização de prestação do serviço.

5.1.11. O sistema deverá permitir o registro da negociação dos preços junto a rede credenciada.

5.1.12. Deverá ser fornecida, sem nenhum custo adicional para CONTRATANTE, ferramenta capaz de possibilitar que sejam feitas consultas on-line à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, que pode ser o Sistema Audatex/Molicar, Cilia, Orion, ou outro instrumento hábil equivalente técnico, assim como sistema que contenha consulta às tabelas de tempo de mão de obra padrão, pois que é extremamente necessária para fiscalização dos orçamentos apresentados pelos estabelecimentos credenciados.

5.1.13. A CONTRATADA obriga-se a credenciar novos fornecedores, sem custo adicional, se em pesquisa de mercado realizada pela Administração fora da rede credenciada, os preços não forem compatíveis com a realidade de mercado.

5.1.14. A CONTRATANTE deverá contratar os serviços e adquirir as peças ou acessórios atentando para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada, sendo considerada como critério a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

5.1.15. As oficinas integrantes da rede conveniada deverão ter como limite máximo de preços para as peças e acessórios originais que possuam código da montadora e número de peça, os constantes da Tabela de Preço Oficial da montadora do veículo para o qual o material está sendo adquirido.

5.1.16. Os serviços somente poderão ser executados após o envio on-line/real time, pela empresa conveniada, de orçamento detalhado, através dos menus eletrônicos apropriados existentes no ambiente web da CONTRATADA, e respectiva autorização da CONTRATANTE.

5.2. Define-se por plataforma de trabalho o ambiente informatizado e integrado de gerenciamento de frota, disponibilizado em tempo real para operacionalização de todo o processo, com captura eletrônica instantânea das transações efetivadas na rede credenciada, o controle financeiro das despesas, a gestão das informações da frota pertencente à CONTRATANTE, além da fiscalização das operações realizadas pelos condutores, usuários e gestores do sistema, contemplando, minimamente, os seguintes módulos, funcionalidades ou dispositivos:

5.2.1. Cadastramento do Administrador/Gestor do Sistema – a CONTRATANTE designará servidores para exercer esta função, o qual operará, gerenciar e manter as informações pertinentes ao uso do sistema;

5.2.2. Cadastramento de usuários – os quais terão acesso ao sistema e às informações através de relatórios e telas de consulta. Toda operação se dará mediante identificação de senha pessoal e intransferível. Será considerado usuário os servidores indicados pela CONTRATANTE, representantes das unidades regionais onde está distribuída a frota de veículos, designados fiscais setoriais e responsáveis pelo acompanhamento e gerenciamento dos serviços, aos quais a CONTRATADA disponibilizará senhas de acesso ao sistema web, em diferentes níveis, conforme o caso, seguindo determinação do Gestor.

5.2.3. Cadastramento de veículos;

5.2.4. Cadastramento de condutores;

5.2.5. Parametrização mínima para controle e gerenciamento do uso e despesas;

5.2.6. Emissão de Relatórios Gerenciais, Financeiros, Operacionais, Analíticos e Sintéticos que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículos e por centro de custo;

5.2.7. O sistema deverá emitir Comprovante da Transação de Despesa, independentemente da solicitação do condutor, contendo as seguintes informações:

5.2.7.1. identificação do fornecedor (nome, CNPJ, endereço);

5.2.7.2. identificação do veículo (placa);

5.2.7.3. identificação do condutor (nome e matrícula);

5.2.7.4. marcação do hodômetro do veículo no momento da transação;

5.2.7.5. produtos ou serviços comprados;

5.2.7.6. valor unitário e total da transação; e

5.2.7.7. data e hora da transação.

5.3. Capacitar e treinar os operadores da CONTRATANTE, sem custo adicional, sempre que houver atualizações na plataforma de trabalho ou mudanças na sua operacionalização, de forma a manter a maior eficiência e eficácia na utilização do sistema.

5.4. Manter ampla rede de estabelecimentos conveniados (borracharias, concessionárias, oficinas automotivas, autopeças e serviços de guincho) no Estado do Rio de Janeiro (RJ), no Estado de São Paulo (SP), Estado de Minas Gerais (MG), no Estado do Espírito Santo (ES), no Estado de Goiás (GO) e no Distrito Federal (DF) destinados aos diversos tipos de marcas e modelos dos veículos da CONTRATANTE.

- 5.5. No prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do Contrato ou outro instrumento substitutivo a CONTRATADA deverá comprovar a existência de, no mínimo, 1 (um) estabelecimento próprio ou credenciado nos Estados do item 5.4.
- 5.6. Havendo qualquer inviabilidade para a ampliação da rede credenciada a CONTRATADA deverá informar oficialmente de forma motivada a CONTRATANTE.
- 5.7. Caso a CONTRATADA não comprove a rede credenciada no prazo estipulado e, se for o caso, as motivações não sejam aceitas pela CONTRATANTE, a empresa poderá ser penalizada nos termos do Art. 156, da Lei nº 14.133 /2021.
- 5.8. Durante a vigência do contrato ou outro instrumento substitutivo a CONTRATADA deve promover o credenciamento de outros estabelecimentos, a pedido da CONTRATANTE, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retifica, alinhamento, balanceamento e fornecimento de peças e acessórios em geral, tendo para isso o prazo de 7 (sete) dias a partir da data da solicitação.
- 5.9. Os prazos para execução das manutenções preventivas e corretivas necessárias devem ser estabelecidas de comum acordo com a CONTRATADA, e registradas nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 20 (vinte) dias úteis, a partir da aprovação do orçamento.
- 5.10. Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.
- 5.11. A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços, objeto da contratação, através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- 5.12. Os estabelecimentos integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão estar plenamente equipados para prestação dos diversos tipos de serviços demandados, bem como para fornecimento e instalação de peças, componentes e acessórios automotivos.
- 5.13. Os estabelecimentos da rede conveniada da CONTRATADA deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.
- 5.14. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão confeccionar Check-list dos itens e acessórios no interior dos veículos no momento do recebimento e entrega dos mesmos.
- 5.15. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.
- 5.16. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelos estabelecimentos conveniadas pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação pela CONTRATANTE, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.
- 5.17. Na hipótese prevista no subitem anterior os estabelecimentos conveniadas pela CONTRATADA, obrigar-se-ão a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à CONTRATADA a não aceitação pelo Fiscal do Contrato.
- 5.18. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas da CONTRATANTE não deverá ser superior a 12 (doze) horas.
- 5.19. A CONTRATADA se responsabilizará diretamente pela prestação dos serviços de administração e gerenciamento de que trata este Termo e responderá pela quantidade, qualidade e cumprimento dos prazos, obedecendo às exigências do Edital e seus anexos.
- 5.20. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a CONTRATANTE e tais prestadores de serviço.
- 5.21. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e potentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.
- 5.22. A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da Administração.
- 5.23. A execução dos serviços será iniciada com a celebração do contrato ou outro instrumento substitutivo, devendo a mesma cumprir com os prazos máximos estipulados para o perfeito funcionamento do sistema e capacitação dos

servidores indicados pela Administração para a sua operacionalização.

5.24. Ficará a cargo da CONTRATADA o deslocamento, a segurança e o transporte dos veículos inoperantes que serão rebocados para serem reparados nas instalações das oficinas credenciadas, somente por meios adequados de guinchos, plataformas, pranchas ou cegonhas, sem ônus para a CONTRATANTE. 5.25. As oficinas credenciadas pela CONTRATADA só poderão testar os veículos da CONTRATANTE num raio de até 10 km do local onde serão executados os serviços, com o

acompanhamento da Equipe de Fiscalização do Contrato ou por outro Servidor designado pela CONTRATANTE, utilizando sempre a devida identificação, com os distintivos dos veículos cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição "VEÍCULO EM TESTE", em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e suas Resoluções. Local e horário da prestação dos serviços

5.26. Os serviços serão realizados nos endereços das oficinas credenciadas pela CONTRATADA ou, quando necessário e autorizado pelo Fiscal, no endereço da CONTRATANTE.

5.27. Os serviços serão prestados conforme o horário de funcionamento das oficinas credenciadas pela CONTRATADA, mediante autorização do Fiscal, nos seguintes locais: Ilha de Mocanguê, s/nº, Ponta d'Areia, Niterói – RJ, CEP 24040-300; Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, s/nº, Ilha da Madeira, Itaguaí – RJ, CEP 23826-640; ou no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Ilha das Cobras, s/nº, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20091-000. O atendimento ocorrerá em dias úteis, das 08h00 às 16h00. Rotinas a serem cumpridas

5.28. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.28.1. Os serviços serão prestados conforme rotina das oficinas credenciadas pela CONTRATADA.

5.28.2. Que haverá agentes da Administração designados para acompanhar a execução dos serviços Materiais a serem disponibilizados

5.29. Para a perfeita execução dos serviços as oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverão disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.29.1. As oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverão possuir galpão para guarda dos veículos que estiverem sob sua responsabilidade, evitando que os mesmos fiquem estacionados em calçadas, vias ou locais que possam trazer prejuízos à Administração; e

5.29.1.1. No caso de danos causados aos veículos da CONTRATANTE, enquanto na guarda das oficinas credenciadas pela CONTRATADA, todos os reparos necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA e suas oficinas credenciadas.

5.29.2. As oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverão possuir todas as ferramentas e mão de obra qualificada necessária para execução do objeto, sem necessitar de recursos adicionais da CONTRATANTE. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta 5.30. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.30.1. Os quantitativos de viaturas com seus respectivos dados técnicos, estão discriminados no Apêndice III deste Termo de Referência.

5.30.2. A CONTRATANTE de acordo com a conveniência e oportunidade poderão, a partir da contratação, acrescentar veículos, obedecidos aos termos da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses abaixo: 5.30.2.1. Veículos pertencentes ao seu patrimônio ou novos que forem adquiridos pelas Organizações Militares dos seus respectivos Complexos Navais, que venham a ser incorporados ao seu patrimônio;

5.30.2.2. Os veículos que não estejam incorporados ao patrimônio das Organizações Militares dos seus respectivos Complexos Navais, porém que estejam oficialmente cedidos de outros Órgãos Públicos ou os que tenham as Organizações Militares dos

seus respectivos Complexos Navais como fiéis depositários para uso, nos termos de decreto da Autoridade Judiciária competente; e

5.30.2.3. Enquanto as viaturas estiverem sob garantia de fábrica, as revisões/serviços imprescindíveis para a manutenção da garantia oferecida poderão ser executadas nas concessionárias da marca.

5.30.2.3.1 Consta na Tabela de Relação de Veículos Administrativos, Apêndice III deste Termo de Referência as quantidades de veículos com garantia de fábrica vigente.

5.30.3. A contratação dos serviços decorrentes de Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de emissão de Nota de Empenho, podendo, dependendo do valor da contratação e da execução parcelada do objeto, no que couber, ser assinado também o Termo de Contrato.

5.31. Não será admitido, sob hipótese alguma, que os preços cobrados à CONTRATANTE pelos serviços realizados sejam majorados de forma aumentar a margem de lucro da gerenciadora CONTRATADA.

5.32. Nas propostas ofertadas já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

- 5.33. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao Contratante. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 5.34. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será conforme discriminado abaixo, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.34.1. 90 (noventa) dias para as peças substituídas e instaladas nas oficinas conveniadas da CONTRATADA, a partir da emissão do comprovante da transação, excetuando-se aquelas que tenham garantia superior especificada pelo fabricante;
- 5.34.2. 90 (noventa) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas da CONTRATADA, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão do comprovante da transação;
- 5.34.3. 30 (trinta) dias para os serviços de alinhamento de direção e balanceamento, a partir da emissão do comprovante da transação;
- 5.34.4. 12 (doze) meses para os serviços de lanternagem e pintura, a partir da emissão do comprovante da transação.
- 5.34.5. 06 (seis) meses para os serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e /ou cabeçote de motor, bem como seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor departida, bomba injetora, turbinas, bomba de direção hidráulica e compressor de ar- condicionado, contados a partir da emissão do comprovante da transação, ou, ainda, de 10.000 (dez mil) quilômetros rodados, utilizando-se como critério o que ocorrer primeiro.
- 5.35. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:
- 5.35.1. substituir o material defeituoso;
- 5.35.2. corrigir defeitos de fabricação; e
- 5.35.3. trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação.
- 5.36. A garantia das peças e dos serviços deverá ser cumprida mesmo após o término ou após rescisão do contrato ou outro instrumento equivalente. Procedimentos de transição e finalização do contrato
- 5.37. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;
- a) continuidade de serviços;
- b) tratamento dos aspectos legais;
- c) transferência de recursos;
- d) transferência de conhecimento; e
- e) avaliação dos resultados alcançados.
- 5.7. Caso a CONTRATADA não comprove a rede credenciada no prazo estipulado e, se for o caso, as motivações não sejam aceitas pela CONTRATANTE, a empresa poderá ser penalizada nos termos do Art. 156, da Lei nº 14.133 /2021.
- 5.8. Durante a vigência do contrato ou outro instrumento substitutivo a CONTRATADA deve promover o credenciamento de outros estabelecimentos, a pedido da CONTRATANTE, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retifica, alinhamento, balanceamento e fornecimento de peças e acessórios em geral, tendo para isso o prazo de 7 (sete) dias a partir da data da solicitação.
- 5.9. Os prazos para execução das manutenções preventivas e corretivas necessárias devem ser estabelecidas de comum acordo com a CONTRATADA, e registradas nas Ordens de Serviço, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, não podendo ser superior a 20 (vinte) dias úteis, a partir da aprovação do orçamento.
- 5.10. Os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.
- 5.11. A CONTRATADA se responsabilizará pela execução dos serviços, objeto da contratação, através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.
- 5.12. Os estabelecimentos integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão estar plenamente equipados para prestação dos diversos tipos de serviços demandados, bem como para fornecimento e instalação de peças, componentes e acessórios automotivos.
- 5.13. Os estabelecimentos da rede conveniada da CONTRATADA deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, da data, bem como identificação da credenciada.
- 5.14. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão confeccionar Check-list dos itens e acessórios no interior dos veículos no momento do recebimento e entrega dos mesmos.
- 5.15. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada da CONTRATADA deverão proceder à entrega ao

usuário das peças substituídas, bem como os certificados de garantia e relação de peças utilizadas com marca e modelo.

5.16. Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelos estabelecimentos conveniados pela CONTRATADA, estarão sujeitos à aceitação pela CONTRATANTE, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

5.17. Na hipótese prevista no subitem anterior os estabelecimentos conveniados pela CONTRATADA, obrigam-se a fazer os serviços, bem como providenciar a substituição das peças, materiais ou acessórios, arcando com todas as despesas decorrentes, devendo tomar estas providências tão logo seja comunicado à CONTRATADA a não aceitação pelo Fiscal do Contrato.

5.18. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento às demandas da CONTRATANTE não deverá ser superior a 12 (doze) horas.

5.19. A CONTRATADA se responsabilizará diretamente pela prestação dos serviços de administração e gerenciamento de que trata este Termo e responderá pela quantidade, qualidade e cumprimento dos prazos, obedecendo às exigências do Edital e seus anexos.

5.20. Todos os estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA deverão ser por esta reembolsados, inexistindo qualquer vínculo ou obrigações financeiras entre a CONTRATANTE e tais prestadores de serviço.

5.21. Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e potentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo, que deverá por eles responder, e defender o CONTRATANTE em juízo, ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.

5.22. A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da Administração.

5.23. A execução dos serviços será iniciada com a celebração do contrato ou outro instrumento substitutivo, devendo a mesma cumprir com os prazos máximos estipulados para o perfeito funcionamento do sistema e capacitação dos servidores indicados pela Administração para a sua operacionalização.

5.24. Ficará a cargo da CONTRATADA o deslocamento, a segurança e o transporte dos veículos inoperantes que serão rebocados para serem reparados nas instalações das oficinas credenciadas, somente por meios adequados de guinchos, plataformas, pranchas ou cegonhas, sem ônus para a CONTRATANTE.

5.25. As oficinas credenciadas pela CONTRATADA só poderão testar os veículos da CONTRATANTE num raio de até 10 km do local onde serão executados os serviços, com o acompanhamento da Equipe de Fiscalização do Contrato ou por outro Servidor designado pela CONTRATANTE, utilizando sempre a devida identificação, com os distintivos dos veículos cobertos por faixa ou adesivo com a inscrição "VEÍCULO EM TESTE", em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e suas Resoluções.

Local e horário da prestação dos serviços

5.26. Os serviços serão realizados nos endereços das oficinas credenciadas pela CONTRATADA ou, quando necessário e autorizado pelo Fiscal, no endereço da CONTRATANTE.

5.27. Os serviços serão prestados conforme o horário de funcionamento das oficinas credenciadas pela CONTRATADA, mediante autorização do Fiscal, nos seguintes locais: Ilha de Mocanguê, s/nº, Ponta d'Areia, Niterói – RJ, CEP 24040-300; Estrada Prefeito Wilson Pedro Francisco, s/nº, Ilha da Madeira, Itaguaí – RJ, CEP 23826-640; ou no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Ilha das Cobras, s/nº, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20091-000. O atendimento ocorrerá em dias úteis, das 08h00 às 16h00.

Rotinas a serem cumpridas

5.28. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.28.1. Os serviços serão prestados conforme rotina das oficinas credenciadas pela CONTRATADA.

5.28.2. Que haverá agentes da Administração designados para acompanhar a execução dos serviços

Materiais a serem disponibilizados

5.29. Para a perfeita execução dos serviços as oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverão disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.29.1. As oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverão possuir galpão para guarda dos veículos que estiverem

sob sua responsabilidade, evitando que os mesmos fiquem estacionados em calçadas, vias ou locais que possam trazer prejuízos à Administração; e

5.29.1.1. No caso de danos causados aos veículos da CONTRATANTE, enquanto na guarda das oficinas credenciadas pela CONTRATADA, todos os reparos necessários serão de responsabilidade da CONTRATADA e suas oficinas credenciadas.

5.29.2. As oficinas credenciadas pela CONTRATADA deverão possuir todas as ferramentas e mão de obra qualificada necessária para execução do objeto, sem necessitar de recursos adicionais da CONTRATANTE.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.30. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.30.1. Os quantitativos de viaturas com seus respectivos dados técnicos, estão discriminados no Apêndice III deste Termo de Referência.

5.30.2. A CONTRATANTE de acordo com a conveniência e oportunidade poderão, a partir da contratação, acrescentar veículos, obedecidos aos termos da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses abaixo: 5.30.2.1. Veículos pertencentes ao seu patrimônio ou novos que forem adquiridos pelas Organizações Militares dos seus respectivos Complexos Navais, que venham a ser incorporados ao seu patrimônio;

5.30.2.2. Os veículos que não estejam incorporados ao patrimônio das Organizações Militares dos seus respectivos Complexos Navais, porém que estejam oficialmente cedidos de outros Órgãos Públicos ou os que tenham as Organizações Militares dos

seus respectivos Complexos Navais como fiéis depositários para uso, nos termos de decreto da Autoridade Judiciária competente; e

5.30.2.3. Enquanto as viaturas estiverem sob garantia de fábrica, as revisões/serviços imprescindíveis para a manutenção da garantia oferecida poderão ser executadas nas concessionárias da marca.

5.30.2.3.1 Consta na Tabela de Relação de Veículos Administrativos, Apêndice III deste Termo de Referência as quantidades de veículos com garantia de fábrica vigente.

5.30.3. A contratação dos serviços decorrentes de Ata de Registro de Preços será formalizada por meio de emissão de Nota de Empenho, podendo, dependendo do valor da contratação e da execução parcelada do objeto, no que couber, ser assinado também o Termo de Contrato.

5.31. Não será admitido, sob hipótese alguma, que os preços cobrados à CONTRATANTE pelos serviços realizados sejam majorados de forma aumentar a margem de lucro da gerenciadora CONTRATADA.

5.32. Nas propostas ofertadas já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

5.33. Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser cumprido sem ônus adicional ao Contratante.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.34. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será conforme discriminado abaixo, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.34.1. 90 (noventa) dias para as peças substituídas e instaladas nas oficinas conveniadas da CONTRATADA, a partir da emissão do comprovante da transação, excetuando-se aquelas que tenham garantia superior especificada pelo fabricante;

5.34.2. 90 (noventa) dias para os serviços executados pelas oficinas credenciadas da CONTRATADA, onde não houver utilização de peças, a partir da emissão do comprovante da transação;

5.34.3. 30 (trinta) dias para os serviços de alinhamento de direção e balanceamento, a partir da emissão do comprovante da transação;

5.34.4. 12 (doze) meses para os serviços de lanternagem e pintura, a partir da emissão do comprovante da transação.

5.34.5. 06 (seis) meses para os serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e /ou cabeçote de motor, bem como seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor departida, bomba injetora, turbinas, bomba de direção hidráulica e compressor de ar-condicionado, contados a partir da emissão do comprovante da transação, ou, ainda, de 10.000 (dez mil) quilômetros rodados, utilizando-se como critério o que ocorrer primeiro.

5.35. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

5.35.1. substituir o material defeituoso;

5.35.2. corrigir defeitos de fabricação; e

5.35.3. trocar o material, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de comunicação.

5.36. A garantia das peças e dos serviços deverá ser cumprida mesmo após o término ou após rescisão do contrato ou outro instrumento equivalente.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.37. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

- a) continuidade de serviços;
- b) tratamento dos aspectos legais;
- c) transferência de recursos;
- d) transferência de conhecimento; e
- e) avaliação dos resultados alcançados.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas imediatamente.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá disponibilizar central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, sistema web [online] e preposto com atendimento remoto e, se necessário, com atendimento presencial no menor prazo possível, a partir da convocação, para comparecer no local designado, de acordo com as exigências da Contratante.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do

contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO IV, para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.3.1. Prazo de conclusão dos serviços;
 - 7.3.2. Conformidade dos itens fornecidos em relação à Ordem de Serviço aprovada pela Administração;
 - 7.3.3. Teste de campo; e
 - 7.3.4. Os serviços efetuados pela rede de credenciados serão pagos/ressarcidos nas quantidades e qualidade efetivamente medidas, diminuídos dos eventuais descontos contratados, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.

Do recebimento

- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.16.1. o prazo de validade;
 - 7.16.2. a data da emissão;
 - 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.16.5. o valor a pagar; e
 - 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.22. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA- e de correção monetária

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.30. peitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Cessão de Crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 8% (oito por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO POR GRUPO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento

diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.23.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 1.% (hum por cento) do valor total estimado da contratação.

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.27.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 anos serem ininterruptos, conforme item 9.27.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPD6 n. 5/2017; e

9.27.1.2. Execução de contratos de prestação dos serviços compatíveis com o objeto dessa licitação.

9.27.1.3. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o

contrato;

9.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador; e

9.29. DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, com o objetivo de assegurar que a licitante participante do certame possui capacidade técnica para a execução dos serviços, além das demais exigências previstas neste Termo, será necessário comprovar a prestação, anterior ou em andamento, de serviços de gestão de frota com características semelhantes às aqui especificadas.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.070.453,36 (um milhão setenta mil quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos no Apêndice II do Termo de Referência.

10.1.1. Os valores unitários estimados para a prestação dos serviços de hora de oficina e fornecimento de peças foram auferidos com base na média do maior percentual de desconto descrito nos documentos comprobatórios de levantamento de mercado, conforme preconizado nos parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, tomando como base o valor monetário de referência de R\$ 1,00 (um real). Esses valores unitários apurados foram multiplicados pelas quantidades estimadas para a prestação dos serviços de hora de oficina e fornecimento de peças. Como o sistema Comprasnet só aceita a inserção de valores absolutos em reais (R\$), os licitantes devem converter os valores para a unidade percentual no momento da apresentação da proposta. Essa conversão é necessária para calcular o valor estimado para a Administração e subsidiar a fase de lances do processo licitatório. A proposta que oferecer o maior desconto será classificada em primeiro lugar.

10.1.2. O percentual da Taxa Administrativa (%) foi auferido com base na média das taxas de administração descritas nos documentos comprobatórios de levantamento de mercado, em conformidade com os parâmetros da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, sendo o valor admitido pela Administração obtido através do somatório das quantidades de serviços

de hora de oficina e fornecimento de peças, multiplicado pela porcentagem média apurada, tomando como base o valor monetário estimado de R\$ 1,00 (um real). Como o sistema Comprasnet só aceita a inserção de valores absolutos em reais (R\$), os licitantes devem converter os valores para a unidade percentual no momento da apresentação da proposta, devendo a taxa proposta incluir todos os custos diretos e indiretos que incidirem sobre a prestação do serviço (despesas, impostos, tributos, transporte, encargos sociais, etc.). A proposta que oferecer o maior desconto será classificada em primeiro lugar.

10.2. Serão admissíveis ou aceitas taxas de administração negativas.

10.2.1. Será admitida a taxa de administração negativa (menor que zero), equivalente ao desconto sobre o valor do serviço prestado. O percentual negativo refletirá sobre o faturamento, representando o desconto sobre os serviços executados.

10.2.2. Não será aceito valor (porcentagem) acima do proposto pela Administração, conforme levantamento prévio realizado pelo setor responsável.

10.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.4. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis com consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. Podem ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária completa fica postergada para o momento da emissão do empenho e/ou instrumento contratual.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Os procedimentos previstos neste instrumento convocatório destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública, de acordo com art. 3º, da Lei 12.527/2011.
- 12.2. Os dados dos militares constantes neste instrumento convocatório estão qualificados e serão tratados como informação pessoal, conforme inciso III do art. 6º da Lei nº 12.527/2011.
- 12.3. Integra este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:
- 12.3.1. Apêndice I do Termo de Referência – Estudos Técnicos Preliminares;11.3.2. Apêndice II do Termo de Referência – Planilha de Especificação do Objeto e Quantidades Estimadas; e
- 12.3.3. Apêndice III do Termo de Referência – Tabela de Relação de Viaturas.

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

- 4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

- 4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 4.41. *Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.*
- 4.43. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 5.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 5.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 5.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.*
- 5.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 5.6. *É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 5.7. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 5.8. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*
- 5.9. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*
- 5.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.9.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.10.3. Indenizações e multas.

6.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)



Documento assinado digitalmente

JOAO FELIPE DE ARAUJO JORGE E BORGES

Data: 20/02/2026 09:10:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOAO FELIPE DE ARAUJO JORGE E BORGES

Capitão de Corveta) Encarregado do Grupo de Administração



Documento assinado digitalmente

CARLOS EDUARDO VIEIRA TORRES

Data: 20/02/2026 14:53:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CARLOS EDUARDO VIEIRA TORRES

(Capitão de Mar e Guerra) Ordenador de Despesas

COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE

Estudo Técnico Preliminar 11/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 63425.001575/2025-35

2. Descrição da necessidade

2.1. Justifica-se a necessidade da contratação de uma empresa especializada para prestação de serviço de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas, com o fornecimento de peças por meio de rede credenciada, bem como o transporte por guincho, por intermédio de sistema informatizado e integrado de gestão de frota, para atender as necessidades do Complexo Naval da Ilha de Mocanguê, em razão de ser essencial para garantir o desempenho adequado, a segurança e a durabilidade dos veículos, então essas duas formas de manutenção desempenham papéis distintos, mas complementares, na preservação do funcionamento das viaturas.

2.2. Em resumo, a manutenção preventiva busca evitar problemas antes que ocorram, prolongando a vida útil do veículo, reduzindo custos a longo prazo e garantindo a segurança. Já a manutenção corretiva é necessária para corrigir falhas e restaurar o funcionamento adequado do veículo, evitando danos adicionais e garantindo a segurança dos ocupantes. Ambas são importantes para manter as viaturas em boas condições de uso e preservar seu valor ao longo do tempo, em virtude das diversas missões, nas quais essas viaturas são empregadas nas suas rotinas de funcionamento.

2.3. O Comando da Força de Superfície na figura de OM líder do processo licitatório cujo o objeto é o eventual contratação do Serviço de gestão compartilhada de frota, para as Organizações Militares sediadas na Base Naval da Ilha de Mocanguê, constituídos pelas seguintes Organizações Militares: Comando em Chefe da Esquadra (ComemCh), Comando da 1ª Divisão da Esquadra (ComDiv-1), Comando da 2ª Divisão da Esquadra (ComDiv-2), Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), Centro de Apoio a Sistemas Operativos (CASOP), Centro de Intendência da Marinha em Niterói (CeIMNi), Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas (CMEM), Comando do 1º Esquadrão de Apoio (ComEsqdAp-1), Comando do 1º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-1), Comando do 2º Esquadrão de Escolta (ComEsqdE-2), Unidade Médica da Esquadra (UMEsq), Navio-Escola Brasil (NEBrasil), Navio Veleiro Cisne Branco (NVeCisneBranco) e Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico (NAMAtlântico). Essas organizações utilizam diversos tipos de viaturas em atividades administrativas, de transporte de pessoal, material, suprimentos, segurança orgânica, entre outras. Dessa forma, a manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos é essencial para garantir o uso eficiente desses recursos, não apenas no que diz respeito à preservação do patrimônio público, mas também para assegurar a melhor performance dos veículos, condição mínima e necessária para o cumprimento das missões de transporte. Além disso, busca-se garantir a segurança dos condutores e usuários das viaturas.

2.4. Optou-se pela escolha do gerenciamento da frota, em detrimento da convencional licitação de manutenção preventiva e corretiva de viaturas com fornecimento de peças, em razão das severas limitações de mercados existentes e das diversas dificuldades em estabelecer parâmetros de medição e fiscalização na execução dos serviços e no fornecimento de peças em razão de não poder realizar as comprovações necessárias por falta de acesso as diversas tabelas de fornecimento de peças e temparia durante a elaboração dos orçamentos, haja vista que a gestão dos recursos públicos tem como base os modernos princípios de administração, pautando a aplicação de seus esforços na busca de melhores resultados com menores dispêndios, passando-se da gestão de recursos para a gestão de resultados.

2.5. A contratação de sistema de gestão de frotas possibilita à Administração Pública efetuar os serviços de manutenção automotiva com maior qualidade e economicidade, visto que pelo sistema informatizado, as oficinas

serão obrigadas a apresentarem cotações e orçamentos sobre um mesmo serviço a ser realizado, instigando a concorrência e privilegiando o menor preço a cada realização de serviços.

2.6. Considerando ainda que os veículos da frota institucional podem viajar em todo território do estado do Rio de Janeiro, bem como se deslocar para outros pontos do Território Nacional para atender às necessidades da instituição, faz-se necessária uma rede de estabelecimentos credenciada para serviços de manutenção, de modo a propiciar o deslocamento com segurança em todas regiões dos Estados da Federação, além de garantir a segurança dos usuários dos veículos e a segurança de terceiros

2.7. Diante do exposto, certo de que a aprovação solicitada reflete diretamente no cumprimento da missão desta Unidade e das Unidades participantes, pois trata de um serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica com adoção do critério de julgamento de maior desconto por grupo, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, é o único meio que a Administração Pública Federal possui para cumprir com o princípio da economicidade, legalidade e interesse público, bem como atingir a eficiência administrativa, logo a Comando da Força de Superfície entende ser necessária a supracitada contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Grupo de Administração	Ramon Villar Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com a da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços, e seu enquadramento encontra amparo nos incisos I, II, III e IV do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, visto que, a aquisição dos bens visam contratações permanentes ou frequentes, entregas parceladas e quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas e quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 4.2.1. Consoante o art. 10 e seu parágrafo único do Decreto nº 11.462/2023, os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º do mesmo Decreto, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as Intenções de Registros de Preços em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, no entanto a s razões para não participar podem variar dependendo do contexto da contratação.
- 4.2.2. É essencial avaliar cuidadosamente os motivos para não participar em um registro de preços em andamento, considerando os impactos potenciais nas operações e nas metas da Administração. Além disso, é importante cumprir todas as regulamentações e diretrizes protegidas nas legislações em relação aos registros de preços nos processos licitatórios.
- 4.3. O prazo de vigência da contratação será desde a assinatura do contrato ou recebimento/aceite do instrumento substitutivo, podendo ser prorrogado conforme o disposto no art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso e sendo observado na forma do art. 105 da mesma Lei, conforme preconiza o art. 36 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 4.4. Realizada a análise do objeto da contratação à luz do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, do Ministério da Economia (ME) e pela Portaria nº 38, de 21 de março de 2022, da Marinha do Brasil (MB)/Ministério da Defesa (MD), que estabeleceu normas complementares considerando que as contratações referentes ao custeio da máquina pública federal merecem uma supervisão dos dirigentes quanto à qualidade das despesas públicas, buscando um melhor aproveitamento dos recursos públicos e, considerando a natureza das atividades contratadas e não a classificação orçamentária da despesa, logo esta Administração declara, que as contratações dos objetos pretendidos constituem atividades de custeio.

4.5. O prazo de execução dos serviços será de até 20 (vinte) dias úteis e o prazo de entrega das peças e suprimentos é de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho (ou ordem de serviço), em remessa única.

4.6. Os Serviços deverão ser realizados pelas oficinas credenciadas pela Contratada com comprovada capacidade técnica na área de fornecimento de peças e de manutenção preventiva e corretiva em viaturas leves e pesadas, com aplicação de peças originais ou similares com as mesmas especificações técnicas (ABNT NBR 15296), e que tenha perfeita adequação as marcas de viaturas que compõem a frota das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha de Mocanguê.

4.7. Nenhuma peça fornecida pela oficina credenciada poderá ser remanufaturada, recondicionada, reciclada, ou de segunda mão.

4.8. A Contratada deverá disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem a utilização desses.

4.8.1. Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema online, a Contratada deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

4.9. A Contratada deverá disponibilizar acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, sendo de sua responsabilidade, o cadastramento de todos os veículos que a integrarem, respeitado o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da assinatura do contrato e/ou outro instrumento equivalente ou da solicitação da Contratante.

4.9.1. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

4.9.2. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos através de sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

4.9.3. Registro informatizado dos dados dos serviços de manutenção realizados, disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (online).

4.9.4. Acesso para os Gestores de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante.

4.9.5. Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis.

4.9.6. Interface digital e amigável.

4.9.7. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período preestabelecido pela Contratada, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão, não se admitindo, nesse caso, restrição de período. O sistema deverá permitir a extração de dados de todos relatórios emitidos através do software "EXCEL".

4.9.8. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento das demandas da Contratante, não deverá ser superior a 05 (cinco) dias corridos.

4.9.9. As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas online no sistema de gestão.

4.9.10. O sistema deverá ser compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows Vista/Seven/8/10/11 e Linux, com os navegadores MS Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome, e também com ferramentas de escritório Microsoft Office 97/2000/XP/Vista/Seven, LibreOffice e BrOffice, ou outro que possa vir ser utilizado pela Contratante, desde que amplamente utilizado no mercado, sendo de responsabilidade da Contratada quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

4.9.11. O sistema deverá permitir inclusão permanente de novos usuários e veículos no banco de dados.

4.9.12. Após a assinatura do contrato, as partes definirão a sistematização de novos credenciamentos, desde a forma de solicitação até os requisitos exigidos, atentando-se para o prazo de 15 (quinze) dias. Tal prazo poderá ser prorrogado mediante negociação entre a Administração e a Contratada.

4.9.13. Sob nenhuma hipótese, caberá à Contratada a autorização de execução de serviços ou aquisições de peças, ficando sob sua única responsabilidade, o ônus havido de uma execução de serviço/materiais nesses parâmetros.

4.10. A Contratada deverá apresentar relação de sua rede credenciada, que deve estar apta a atender em todo território Nacional para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, retifica, alinhamento e balanceamento, devendo atender os seguintes requisitos:

4.10.1. Rede de oficinas mecânicas equipadas para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada.

4.10.2. Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos junto às oficinas credenciadas.

4.10.3. Em caso de veículo dentro da garantia de fábrica, a Contratada deverá, caso possível, cadastrar Concessionárias Autorizadas para execução dos serviços. Em havendo mais de uma cidade de localização da Organização Militar, será proporcionada a livre concorrência, como ocorre com os veículos fora da garantia.

4.11. A Contratada deverá credenciar oficinas nas imediações do Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes do processo em tela, conforme localidades dispostas no instrumento convocatório.

4.12. A Contratada manterá um representante/preposto para prestar esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato ou outro instrumento equivalente.

4.13. Não existe a possibilidade de transferência de tecnologia aplicada ao serviço pois tal nível de manutenção não faz parte do escopo desta Organização Militar, a qual não possui ferramental necessário para a realização deste serviço em se tratando de serviço comum sem aplicação de técnicas inéditas para este Órgão.

4.14. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

4.14.1. Pela baixa complexidade do objeto envolvido e pelos riscos e valores unitários decorrente da eventual contratação não apresentaram impacto que justifique a exigência de garantia contratual da execução, certamente a quantia envolvida seria repassada ao valor da contratação; e

4.14.2. Os pagamentos somente ocorrerão após a liquidação das despesas, conforme disposto no Termo de Referência.

4.15. Serão exigidos os Documentos de Habilitação, em razão para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público, conforme preconizado no Termo de Justificativa para Exigência de Condição de Habilitação anexado nos autos do processo.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com base nos requisitos estabelecidos neste instrumento, foi realizado um levantamento de mercado junto a potenciais fornecedores, com o objetivo de identificar as soluções disponíveis que atendam à demanda da contratação. Essa análise buscou garantir a aderência aos resultados pretendidos, considerando os princípios de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Respeitado o critério mínimo de três orçamentos, a pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com os incisos II e IV do art. 5º da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, da SEGES/ME, observando-se os critérios de preferência nela estabelecidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição do objeto que deve ser contratado para que produza os resultados pretendidos pela Administração, que consiste no gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas, com aplicação de peças originais ou similares com as mesmas especificações técnicas (ABNT NBR 15296), e que tenha perfeita adequação as marcas de viaturas que compõem a frota das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha de Mocanguê, junto à rede credenciada, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, embasada na análise da vantajosidade dos aspectos técnicos e econômicos da solução.

6.2. A manutenção é o conjunto de atividades realizadas com a finalidade de conservar ou recolocar o veículo em condições ideais de funcionamento. Para tanto, serão feitas manutenções preventivas e corretivas.

6.2.1. A manutenção preventiva é projetada para identificar e corrigir problemas potenciais antes que se tornem grandes defeitos. Realizar inspeções regulares, substituir peças desgastadas e realizar ajustes adequados ajuda a prevenir a ocorrência de falhas graves e pode estender a vida útil do veículo. A manutenção preventiva inclui a verificação de itens de segurança, como freios, pneus, luzes e sistemas de suspensão. Garantir que esses componentes estejam em bom estado de funcionamento reduz o risco de acidentes e ajuda a garantir a segurança dos ocupantes do veículo e de outros usuários da estrada.

6.2.2. A manutenção corretiva é necessária quando ocorrem falhas ou mau funcionamento dos componentes do veículo. Quando um problema é identificado, a manutenção corretiva visa reparar ou substituir componentes danificados ou desgastados que possam colocar em risco a estabilidade, a dirigibilidade ou a capacidade de frenagem do veículo, permitindo que o veículo volte a funcionar adequadamente.

6.3. A gestão da manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, gerida pela Contratante e pela Contratada, por meio de sistema informatizado de controle integrado, compreende o atendimento, orçamento detalhado de peças, componentes, produtos e serviços especializados especificados neste estudo, e os demais itens necessários à plena manutenção dos veículos da Contratante, observadas todas as marcas e modelos de cada fabricante, e restauração do bem às condições de segurança, nos diversos estabelecimentos credenciados pela Contratada.

6.4. O serviço compreenderá pela manutenção preventiva e corretiva dos diversos serviços, considerando as diferentes marcas de viaturas pertencentes a frota das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha de Mocanguê:

6.4.1. Serviços mecânicos nos motores, regulagem dos módulos de ignição e injeção, bicos de injeção, bomba injetora e bicos injetores dos veículos movidos a diesel substituição de cabos de velas e velas, inclusive retifica dos motores, serviços de regulagem e reparos na caixa de marchas, no diferencial, eixo cardan, juntas homocinéticas, e demais componentes, regulagem e reparos do sistema de arrefecimento, regulagem e reparos do sistema de alimentação de combustível, regulagem e reparos no sistema de carga dos veículos, regulagem e reparos no sistema de iluminação, regulagem e reparos nos diversos sistemas de freio dos veículos, regulagem e reparos no sistema de direção, alinhamento e balanceamentos das rodas,

regulagem e reparos da suspensão, serviços de reparos dos elevadores dos vidros das portas, substituição de para-brisas e vidros em geral;

6.4.2. Serviços de elétrica e eletrônica: compreendendo todos os equipamentos elétricos e eletrônicos das viaturas;

6.4.3. Serviços de ar-condicionado carga de gás, troca de válvulas, serpentinas, troca de filtros e incluindo a higienização;

6.4.4. Serviços de substituição de pneus em geral: troca de pneus com cambagem, alinhamento balanceamento das rodas;

6.4.5. Serviços de lanternagem: trocas de peças e recuperação de avarias em geral;

6.4.6. Serviços de pintura, retoques de pinturas e pintura em geral;

6.4.7. Serviços vidraçaria, comando de vidro elétrico, troca de vidros em geral inclusive para-brisas;

6.4.8. Serviços de capotaria, reparos de estofamentos e forros em geral;

6.4.9. Aplicação e/ou remoção de película não refletiva em áreas envidraçadas de veículos, e de adesivos do uso em veículo caracterizado no padrão da Marinha do Brasil; e

6.4.10. Serviço de transporte por guincho (reboque).

6.5. Todos os serviços com fornecimento de peças de reposição originais, similares ou recomendadas pelas montadoras com as mesmas especificações técnicas (ABNT NBR 15296), inclusive com fornecimento de baterias, pneus, rodas, e quaisquer acessórios e componentes necessários, para o bom e perfeito funcionamento das viaturas.

6.6. As viaturas foram classificados em LEVES e PESADAS conforme incisos I e II do § 1º do Art 8º da Resolução nº 396 do CONTRAN, de 13 de dezembro de 2011.

6.6.1. Viaturas Leves – correspondendo a ciclomotor, motoneta, motocicleta, triciclo, quadriciclo, automóvel, utilitário, caminhonete e camioneta, com peso bruto total - PBT inferior ou igual a 3.500 kg.

6.6.2. Viaturas Pesadas – correspondendo a ônibus, micro-ônibus, caminhão, caminhão- trator, trator de rodas, trator misto, chassi- plataforma, motor- casa, reboque ou semirreboque e suas combinações.

6.7. A adoção de licitação por grupo será essencial para padronização e viabilização técnica dos fornecimentos. Por este motivo, os itens desta licitação foi agrupado devido à necessidade de concentrar a contratação da mão de obra e a aquisição de peças em uma única empresa do ramo de manutenção de veículos. Dessa forma, a fiscalização do contrato será mais efetiva e haverá economia de tempo entre a entrega à oficina e a aquisição de peças. Ademais, caso surjam defeitos nas viaturas após terem sido revisadas, o acionamento da garantia será facilitado, uma vez que os serviços e o fornecimento de peças será de responsabilidade de somente de uma Contratada.

6.8. Não será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), micro empreendedor individual (MEI) e aquelas a elas equiparadas para fins de aplicação da Lei Complementar de nº. 123, de 2006, tendo em vista que haverá prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto do presente certame, pelos motivos apontados a seguir:

6.8.1. A concessão de cota reservada ensejaria a possibilidade de termos duas empresas fornecendo peças de reposição para um mesmo veículo automotor e, considerando o elevado número de viaturas nesse certame licitatório, bem como a grande variedade de marcas e modelos, fazer depender a manutenção preventiva e corretiva de cada um desses veículos a distintas empresas contratadas, oneraria sobremaneira a Administração; e

6.8.2. A garantia e o emprego de peças de distintos fornecedores para um mesmo veículo pode inviabilizar a atribuição de responsabilidade à Contratada e a exigência de substituição no caso de defeito prematuro da

peça reposta. Basta imaginar a reposição de duas peças de distintos fornecedores no mesmo sistema ou conjunto componente de um dado veículo automotor (sistema de transmissão, sistema de direção, sistema de alimentação etc.); vindo ambas a apresentarem defeitos, seria difícil afirmar categoricamente que o defeito de uma peça não tenha influenciado no defeito da outra, por alguma incompatibilidade técnica entre ambas. Daí a necessidade de comprar da mesma empresa as peças destinadas a um mesmo veículo, pois, havendo incompatibilidade entre as peças fornecidas, deverá a empresa arcar com sua substituição.

6.9. A execução dos serviços se darão no decorrer da vigência da licitação, podendo ocorrer de forma fracionada ou em sua totalidade.

6.10. O critério de julgamento das propostas será o maior desconto por grupo, conforme o disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, sendo o modo de disputa utilizado o Aberto previsto no Instrumento Convocatório e o respectivo Registro no Sistema compras.gov, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. As condições da aquisição e pagamento serão semelhantes às do setor privado podendo ser baseada em diversos fatores que buscam promover a eficiência, competitividade, transparência e sustentabilidade das atividades do setor público. Ao adotar práticas semelhantes às do setor privado, o setor público pode: obter benefícios em termos de eficiência operacional e redução de custos, obtendo processos mais ágeis e menos burocráticos podendo levar a economia de escala e otimização de recursos, incentivar a competição entre fornecedores e geração de serviços, levando a uma maior qualidade de produtos e serviços, aumentar a transparência nas transações e contratos públicos e práticas de aquisição eficientes e pagamentos justos podem contribuir para a sustentabilidade financeira do setor público, permitindo uma gestão mais equilibrada dos recursos disponíveis.

6.12. Na presente contratação será admitida a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), em virtude de uma situação específica que consiste na necessidade de aplicação de peças originais ou similares com as mesmas especificações técnicas (ABNT NBR 15296), e que tenha perfeita adequação as marcas de viaturas que compõem a frota das Organizações Militares sediadas no Complexo Naval da Ilha de Mocanguê, sendo importante ressaltar que a escolha é legítima e não discriminatória e está em conformidade com a exclusividade técnica, padronização, razões de segurança ou qualidade e economia de escala.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição do quantitativo a ser licitado pela Administração Pública deve ser pautada em indicar a forma de cálculo utilizada com os critérios técnicos claros e objetivos.

7.2. Para o correto dimensionamento das quantidades estimadas no Comando da Força de Superfície, após análise prévia da Divisão de Transporte e de suas Unidades Apoiadas, realizou estudos mediante as demandas dos últimos três anos, compreendido no período de JAN/2022 a DEZ/2024, e evidenciadas em notas de movimentação de bens extraídas do Sistema de Bens da Marinha do Brasil, enumerado pelas seguintes notas de empenho: 2022NE002879, 2022NE004022, 2022NE004124, 2022NE004126, 2022NE005702, 2022NE005703, 2022NE005809, 2022NE005934, 2022NE006151, 2022NE006228, 2022NE006283, 2022NE006411, 2022NE006414, 2022NE006422, 2022NE006431, 2022NE006434, 2023NE000671, 2023NE000873, 2023NE002061, 2023NE006219, 2023NE006220, 2023NE006254, 2023NE006264, 2023NE006277, 2023NE006279, 2023NE006281, 2023NE007446, 2024NE000899, 2024NE000900, 2024NE000903, 2024NE004292, 2024NE004759, 2024NE005588, 2024NE005590, 2024NE006500, 2024NE006501 e 2024NE006539. nesse mesmo contexto com o objetivo de obter uma previsão mais precisa e realista da demanda, aplicou-se uma margem adicional ao consumo registrado nesse período, considerando que, em virtude de restrições orçamentárias e dos impactos operacionais decorrentes da pandemia de COVID-19, diversas manutenções essenciais deixaram de ser executadas. Tal cenário comprometeu a plena realização dos serviços necessários à conservação e ao desempenho adequado dos veículos.

A estimativa também considerou o envelhecimento da frota atual, cuja quilometragem acumulada indica a necessidade de intervenções mais complexas e frequentes. Outro fator relevante foi o aumento da complexidade e

da especificidade das peças de reposição atualmente requeridas, o que impacta diretamente tanto a previsão de custos quanto a logística de fornecimento.

Destaca-se, ainda, a inclusão de uma nova viatura à frota, adquirida por meio de leilão, a qual demandará sua devida inserção no sistema de gestão e manutenção, contribuindo para o aumento da carga de serviços previstos.

7.3. Portanto, as quantidades estimadas de manutenções preventivas e corretivas com fornecimento de peças, devem ser definidas considerando os seguintes fatores: a quilometragem média das viaturas, o tipo de uso, as recomendações do fabricante e as experiências passadas de manutenções realizadas, no intuito de atender a necessidade de manutenção total da frota, contribuindo para o transporte de pessoal e material com maior segurança e com a diminuição aos riscos de interrupções indesejáveis.

7.4. Diante do exposto, a administração pública tem o dever legal de demonstrar os critérios técnicos para a estimativa dos quantitativos licitados, com base em consumo histórico e/ou em palpáveis perspectivas futuras e, caso assim não proceda, incorrerá em irregularidade grave, suficiente, portanto, para comprometer a legalidade do certame, o interesse público e a possibilidade de dano ao erário.

7.5. Diante desse contexto, a contratação de serviço especializado de gestão de frota, por meio de sistema informatizado e integrado, com suporte de rede credenciada para o fornecimento de peças e a execução de serviços, mostra-se imprescindível para assegurar a eficiência operacional, a economicidade e a adequada manutenção das viaturas sob responsabilidade deste Comando.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.070.453,36

8.1. O custo estimado da contratação será de R\$ 1.070.453,36 (um milhão setenta mil quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos).

8.2. Os preços de referência para prestação dos serviços de hora de oficina e fornecimento de peças foram auferidos com base na média do maior percentual de desconto, descrito no levantamento de mercado, conforme preconizados nos parâmetros da Instrução Normativa nº. 65, de 07 de julho de 2021, sendo multiplicados pelas quantidades estimadas, tomando como base o valor monetário de R\$ 1,00 (um) real. Para tanto, como o sistema Comprasnet somente admite a inserção de valores absolutos, em Reais (R\$), os licitantes deverão compreender o sistema numericamente igual, mas com a unidade de medida em porcentagem, a fim de se obter o valor estimado para Administração, embasando assim a face de lances do processo licitatório, consagrando-se a proposta classificada em primeiro lugar aquela que ofertar o menor preço.

8.3. O valor da Taxa administrativa (%) foi calculada considerando a soma dos valores estimados do gerenciamento de frota e multiplicado pelo valor médio da taxa (%) como descrito no levantamento de mercado, conforme preconizados nos parâmetros da Instrução Normativa nº. 65, de 07 de julho de 2021. Para tanto, como o sistema Comprasnet somente admite a inserção de valores absolutos, em Reais (R\$), os licitantes deverão compreender o sistema numericamente igual, mas com a unidade de medida em porcentagem, devendo a taxa proposta incluir todos os custos diretos e indiretos que incidirem sobre a prestação do serviço (despesas, impostos, tributos, transporte, encargos sociais, etc), embasando assim a face de lances do processo licitatório, consagrando-se a proposta classificada em primeiro lugar aquela que ofertar o menor preço.

8.4. SERÃO ADMISSÍVEIS OU ACEITAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVAS.

8.4.1. Será admitida a taxa de administração negativa/menor que zero (equivalente ao desconto

sobre o valor do serviço prestado). O percentual negativo refletirá sobre o faturamento, representando o desconto sobre os serviços executados.

8.4.2. Não será aceito valor (porcentagem) acima do proposto pela administração, conforme levantamento prévio realizado pelo setor responsável.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

9.2. A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação –, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

9.3. O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

9.4. Diante do exposto, em regra, conforme § 1º do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às prestações de serviços, deverão ser considerados: a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado, no entanto esta Administração entende que a regra não é aplicável, devido ser essencial para o processo em lide a padronização e viabilização técnica dos fornecimentos. Por este motivo, os itens desta licitação foi agrupado devido à necessidade de concentrar a contratação da mão de obra e a aquisição de peças em uma única empresa do ramo de manutenção de veículos. Dessa forma, a fiscalização do contrato será mais efetiva e haverá economia de tempo entre a entrega à oficina e a aquisição de peças.

9.5. Em conformidade com o Acórdão 5.260/2011 – TCU – 1ª Câmara, no citado aresto fica constatado que “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por grupos ou lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”. Assim, é que, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar um critério de julgamento e divisão do grupo, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Esta unidade não identificou necessidade de contratações correlatas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As Instruções Normativas voltadas ao planejamento consolidam os Planos Anuais de Contratação (PAC) dos órgãos e entidades do Sistema de Serviços Gerais (SISG) contribuindo com a construção de uma cultura de planejamento. Induzem melhorias em governança e gestão das contratações com a maximização dos resultados institucionais e possibilitam uma visão gerencial das compras do governo federal em uma análise qualitativa e quantitativa. Não fica definido porém, a estrutura interna que cada organização deverá adotar para a execução do

planejamento. Regras de governança internas a cada órgão/ entidade deverão ser estabelecidas visando que as demandas não planejadas sejam, de fato, exceção, e não a regra. Ademais, é a partir de um calendário de licitações, construído a partir do Plano Anual de Contratações (PAC), que se obtém maior previsibilidade na gestão, primando-se pelo cumprimento de prazos e pela melhor alocação da força de trabalho.

11.2. O PAC sinaliza ao mercado fornecedor as pretensões da Administração Pública de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos certames licitatórios propiciando ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.

11.3. As Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG, de acordo com § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não indicando assim a obrigatoriedade de implantar o Plano Anual de Contratação (PAC) no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) dentro dos moldes da Instrução Normativa nº 20, de 04 de abril de 2022.

11.4. Cabe destacar que o PAC e o PGC são ferramentas que devem se adequar às necessidades dos órgãos, atendendo às suas características e peculiaridades. Por outro lado, há a necessidade de adaptação do sistema de governança dos Órgãos da Marinha do Brasil às regras e de definição interna de qual agente público desempenhará cada papel no sistema.

11.5. Diante do exposto apesar das prerrogativas citadas, há o alinhamento entre a contratação e a última atualização de planejamento das contratações do decorrente exercício financeiro previsto como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), do PA (Plano de Ação) e do planejamento de contratações consubstanciada no SAFIN (Sistema de Acompanhamento Financeiro) para ano de 2025, que são ferramentas utilizadas pela Marinha do Brasil análogas ao PAC (Plano Anual de Contratação).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a realização do procedimento licitatório, sob o enfoque proposto neste estudo, esta equipe almeja que os serviços sejam executados com economicidade e confiabilidade, de forma planejada, buscando proporcionar os seguintes benefícios:

12.1.1. Economia de escala;

12.1.2. Racionalidade e agilidade no processo de manutenção das viaturas;

12.1.3. Informatização do processo de manutenção, propiciando relatórios confiáveis; e

12.1.4. Aumentar a disponibilidade de utilização das viaturas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O Gestor de Contrato ficará responsável pelo acompanhamento, gerenciamento e fiscalização do serviço e pelo recebimento da nota fiscal após a entrega deles.

13.2. O Fiscal do contrato deverá deter conhecimento do objeto a ser contratado, para atuar, de maneira satisfatória, na fiscalização da execução dos serviços e na entrega dentro do prazo e com a qualidade desejável.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Contratada deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambientais previstos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, como

também observar as práticas de proteção do meio ambiente previstas nas Leis nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e as disposições estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade


Considerando o cenário apresentado, a contratação de serviço especializado em gestão de frota, por meio de sistema informatizado e integrado, com apoio de rede credenciada para fornecimento de peças e execução de serviços, configura-se como medida necessária para assegurar a continuidade, eficiência e eficácia das atividades operacionais desempenhadas. Tal solução visa atender à necessidade de manutenção preventiva e corretiva das viaturas, promovendo maior controle, rastreabilidade, padronização de procedimentos, redução de custos operacionais e otimização dos recursos públicos, conforme os princípios da economicidade, eficiência e efetividade exigidos pela Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DELLEON PEREIRA MARTINS**
Data: 03/12/2025 15:09:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DELLEON PEREIRA MARTINS
(Segundo- Sargento) Motorista do ComForSup

 Assinatura Digital
Ramon V. Oliveira
124.220.747-31
15/12/2025 14:45:50 -03

RAMON VILLAR OLIVEIRA
(Capitão- Tenente) Encarregado do Grupo de Administração



MARINHA DO BRASIL
COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE
PROCESSO Nº 63425.001575/2025-35
ESTIMATIVA DE CONSUMO POR OMAp

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	UASG	791010	791000	791700	791800	791902	791904	791600	791901	791609	791602	791604	791610	791620	791660	791661	791670	791570	791590	791580	QTD TOTAL	CONTRATAÇÃO MÍNIMA	CONTRATAÇÃO MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
			CATMAT CATSER	CelMINI	ComemCh	ComDiv-1	BNRJ	CASOP	CMEM	ComForSup	CAAML	A140 NAM Atlântico	U27 NE Brasil	U20 NveClusBranca	ComEsqde-1	ComEsqde-2	ComEsqdeAp-1	G25 NDCCAlteSobola	G40 NDM Bahia	GRUMEC	CIAMA	BACS				
1	Prestação de serviço de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas administrativas TIPO LEVES, junto à rede credenciada, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota.	UN	25518	60.000,00	24.200,00	13.280,00	222,00	45.000,00	12.000,00	45.000,00	18.000,00	35.000,00	2.800,00	5.000,00	35.000,00	10.000,00	17.000,00	6.000,00	7.000,00	200.000,00	50.000,00	2.880,00	588.382,00	1,00	588.382,00	R\$ 1,00
2	Fornecimento de peças originais e genuínas ou similares para aplicação em viaturas administrativas do TIPO LEVES.	UN	25518	60.000,00	14.100,00	13.280,00	57.826,00	25.000,00	5.000,00	27.000,00	8.000,00	15.000,00	5.600,00	5.000,00	35.000,00	10.000,00	28.000,00	20.000,00	19.000,00	60.000,00	50.000,00	3.920,00	461.726,00	1,00	461.726,00	R\$ 1,00
3	Prestação de serviço de gerenciamento de manutenções preventivas e corretivas em viaturas administrativas TIPO PESADA, junto à rede credenciada, e transporte por guincho, por meio de sistema informatizado e integrado para gestão de frota.	UN	25518				352,00		30.000,00		26.000,00	25.000,00								100.000,00	30.000,00	2.380,00	213.732,00	1,00	213.732,00	R\$ 1,00
4	Fornecimento de peças originais e genuínas ou similares para aplicação em viaturas administrativas do TIPO PESADA.	UN	25518				174.798,00		12.000,00		12.000,00	20.000,00								50.000,00	30.000,00	3.150,00	301.948,00	1,00	301.948,00	R\$ 1,00

Niterói, RJ, na data da assinatura.

RAMON VILLAR OLIVEIRA
Capitão- Tenente
Encarregado do Grupo de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: 14--Estimativa-de-Consumo-por-OMAp.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

RAMON VILLAR OLIVEIRA (CPF ***.220.747-**) em 24/09/2025 14:36:20 -03 (BRT)

*** Cópia para verificação de assinaturas. ***



MARINHA DO BRASIL
COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE

TABELA DE RELAÇÃO DE VIATURAS
APÊNDICE III
PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2025
CTPL 2025 (EVT - 06) SERVIÇO DE GESTÃO COMPARTILHADA DE FROTA

CENTRO DE INTENDÊNCIA DA MARINHA DE NITERÓI (CeIMNi)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	SRL-6B02	2024	Não Consta	Ford	Ranger	Diesel	Leve	8AFBR01F1RJ3637782
02	SQY-6E99	2024	Não Consta	I/M. Benz	Sprinter	Diesel	Leve	8AC907641RE232988
03	RKI-0A95	2019	Não Consta	Nissan	Versa	Flex	Leve	94DBCAN17LB207660

COMANDO DA FORÇA DE SUPERFÍCIE (ComForSup)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LMK-4J67	2016	Não Consta	Nissan	Sentra	Flex	Leve	3N1BB7AD9HY207357
02	LMV-1F51	2019	Não Consta	Nissan	VERSA	Flex	Leve	94DBCAN17KB114738
03	LTX-8D64	2018	Não Consta	Ford	Ranger	Diesel	Leve	8AFAR23N1KJ111918
04	LSY-4517	2016	Não Consta	Fiat	Doblo	Flex	Leve	9BD1196GDH1139752

05	LQH-6101	2012	Não Consta	Ford	Courier	Flex	Leve	9BFZC52PXC916494
06	JHN-9D23	2010	Não Consta	Fiat	Palio weekend	Flex	Leve	9BD17301MA4312472
07	JHN-6A53	2008	Não Consta	Peugeot	Van Boxer	Diesel	Leve	936ZBPM92038234
08	OXE-3J79	2014	Não Consta	Renault	Logan	Flex	Leve	93Y4SRD64EJ293138
09	OWU-4A26	2013	Não Consta	GM	Cobalt	Flex	Leve	9BGJC69Z0EB133027

COMANDO EM CHEFE DA ESQUADRA (ComemCh)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LSB-8869	2014/15	Não Consta	CITROEN	JUMPER	DIESEL	Leve	935ZBWMMBF2141805
02	KQR-0621	2006/07	Não Consta	FIAT	DUCATO	DIESEL	Leve	93W244M2372011980
03	KQW5I90	2015	Não Consta	RENAULT	SANDERO	Flex	Leve	93Y5SRD64FJ744479
04	RJK2A84	2020/21	Não Consta	TOYOTA	COROLLA	Flex	Leve	9BRB33BE2M2035376
05	LSU4F30	2015/16	Não Consta	CITROEN	C4- LOUNGE	Flex	Leve	8BCNDRFJUGG513388
06	KQY6B31	2014/15	Não Consta	PEUGEOT	PEUGEOT 408	Flex	Leve	8AD4DRFJUFG019095
07	LQJ-6969	2011/12	Não Consta	CITROEN	C4-PALLAS	Flex	Leve	8BCLDRFJVC526463
08	GMF7F42	2013/14	Não Consta	RENAULT	DUSTER	Flex	Leve	93YHSR6R3EJ897463
09	AXY3F71	2013/14	Não Consta	MITSUBISHI	L200	DIESEL	Leve	93XLNKB8TECD84227
10	JJU6H48	2012/13	Não Consta	FORD	FIESTA	Flex	Leve	9BFZF54P7D8383426
11	JJU6H38	2012/13	Não Consta	FORD	FIESTA	Flex	Leve	9BFZ54P8D8383371
12	NYX1F40	2011	Não Consta	FIAT	LINEA DUAL	Flex	Leve	9BD11058CB1540507
13	NTF8J33	2010	Não Consta	FIAT	LINEA HLX	Flex	Leve	9BD110586A1522784
14	IAK6H91	2010	Não Consta	FIAT	LINEA DUAL	Flex	Leve	9BD110586A1522621
15	NYU-2666	2011	Não Consta	RENAULT	MEGANE SW	Flex	Leve	93YKM236HBJ755244
16	NYU-6390	2011	Não Consta	RENAULT	MEGANE SW	Flex	Leve	93YKM263HBJ761619
17	JQS-6592	2006/07	Não Consta	FIAT	PALIO WEEK	Flex	Leve	93YKM263HBJ761619

BASE ALMIRANTE CASTRO E SILVA (BACS)

ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LTS3751	2011	Não Consta	FIAT	DOBLO	Flex	Leve	9BD119707C1081054
02	LLV2423	2012	Não Consta	IVECO	DAILY 70C1	Diesel	Pesado	93ZC70C01D8446922
03	KQJ2980	2006	Não Consta	FIAT	DUCATO	Diesel	Pesado	93W244M2372013323
04	LMV1F64	2019	Não Consta	NISSAN	VERSA	Flex	Leve	94DBCAN17KB114877
05	GMF7H62	2014	Não Consta	GM	COBALT	Flex	Leve	9BGJB69Z0EB256924
06	LQR6454	2013	Não Consta	GM	MONTANA	Flex	Leve	9BGCA80X0DB257181
07	PBJ1637	2017	Não Consta	GM	MONTANA	Flex	Leve	9BGCA8030JB214737
08	LMH2H82	2018	Não Consta	RENAULT	MASTER	Diesel	Pesado	93YMAF4XEKJ648275
09	LJH4930	2012	Não Consta	MERCEDES	MUNK	Diesel	Pesado	9BM69000CB864391
10	KVU5482	2007	Não Consta	FIAT	AMB. UTI	Diesel	Pesado	93W245G3372012519
11	KPH8719	2013	Não Consta	GM	CLASSIC	Flex	Leve	9BGSU19FODC123075
12	LRL4H52	2013	Não Consta	GM	CLASSIC	Flex	Leve	9BGSU19FODC126100
13	MQTFB47	2007	Não Consta	FIAT	PALIO	Flex	Leve	9BD1714T72865503
14	GUINDASTE	2001	Não Consta	MADOL	MD-10A	Diesel	Pesado	9BGSU19FODC123075
15	EMPILHADEIRA	2000	Não Consta	CLARK	C300 HY	Diesel	Pesado	HY4661737BRF5660

COMANDO DA 1º DIVISÃO DA ESQUADRA (ComDiv-1)

ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LSU-3C76	2016	Não Consta	Nissan	Sentra 2.0 SV CVT (TIPO 3)	Flex	Leve	3N1BB7AD4HY201448

BASE NAVAL DO RIO DE JANEIRO (BNRJ)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LUS31S23	2019	Não Consta	FIAT	DOBLÔ	Flex	Leve	9BD11966GDL1152935
02	KYO4435	2013	Não Consta	GM	MONTANA	Flex	Leve	9BGCA80X0DB250129
03	RJQOD76	2019	Não Consta	FIAT	DUCATO	Diesel	Pesada	3C6EFVEKXKE530358
04	LTT7J43	2019	Não Consta	NISSAN	VERSA	Flex	Leve	94DBCAN17KB114063
05	LUU1505	2012	Não Consta	GM	CELTA	Flex	Leve	9BGRP48F0DG146531
06	KYI6F36	2013	Não Consta	FORD	FIESTA	Flex	Leve	9BFZF55P2D8457396
07	LQU5225	2013	Não Consta	GM	MONTANA	Flex	Leve	9BGCA80X0DB250472
08	LLG9646	2010	Não Consta	AGRALE	MICRO-ÔNIBUS	Diesel	Pesada	9BYC22Y1SAC005000
09	LLG9647	2010	Não Consta	AGRALE	MICRO-ÔNIBUS	Diesel	Pesada	9BYC22Y1SAC005021
10	LKM5285	2007	Não Consta	VW	ÔNIBUS	Diesel	Pesada	9BWR882W37R729962
11	KPH8728	2007	Não Consta	VOLVO	ÔNIBUS	Diesel	Leve	9BVT5T728CE401045
12	KQP7452	2012	Não Consta	VW	CAMINHÃO	Diesel	Leve	953658248DR318066
13	KPG9596	2012	Não Consta	MERCEDEZ BENZ	CAMINHÃO ATRON	Diesel	Pesada	9BM694000CB880833
14	LRL7594	2013	Não Consta	FIAT/IVECO	CAMINHÃO VERTIS	Diesel	Leve	93ZA1FD00D8561220
15	LMC2689	2013	Não Consta	FIAT/IVECO	CAMINHÃO TECTOR	Diesel	Leve	93ZE2HGH0D8923737
16	LRD8368	2012	Não Consta	VOLVO	CAMINHÃO	Diesel	Leve	93KKSNO0C9DE138286
17	LMC2674	2012	Não Consta	VW	CAMINHÃO 24.280	Diesel	Leve	953658247DR317104
18	LLT9462	2012	Não Consta	MERCEDEZ BENZ	CAMINHÃO ATRON	Diesel	Pesada	9BM694000CB870299
19	LPE2345	2008	Não Consta	VW	CAMINHÃO 13.180	Diesel	Pesada	9BWB172S08R825773

CENTRO DE ADESTRAMENTO “ALMIRANTE MARQUES DE LEÃO” (CAAML)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	SRH-4G34	2023/24	Não Consta	VOLKSWAGEN	MASCARELO GRANVIA	Diesel	Pesado	9532A8TU2RR058148
02	KYN-0546	2006	Não Consta	VOLKSWAGEN	MASCARELO GRANVIA	Diesel	Pesado	9BWR682W76R632994
03	KQW-9273	2015	Não Consta	MARCOPOLO	VOLARE W9	Diesel	Pesado	93PB40N31FCO55587
04	DBS-0379	2012/13	Não Consta	IVECO DAILY	70C17 HDCS	Diesel	Pesado	932C70CO1D8446598
05	KWU-8646	2014/15	Não Consta	CITROËN	JUMPER	Diesel	Leve	935ZBWMMBF2141928
06	RJE-2B84	2021	Não Consta	MITSUBISHI	L200 TRITON	Diesel	Leve	93XLJKL1TMCL35205
07	LMF-1F60	2019	Não Consta	NISSAN	VERSA S	Álcool /Gasolina	Leve	94DBCAN17KB114878
08	LRL-9486	2014	Não Consta	RENAULT	MASTER MARIMAR	Diesel	Leve	93YMAF4LEFJ414106
09	LOM-8271	2002	Não Consta	CHEVROLET	S10 S	Diesel	Leve	9BG124AC03C410610

CENTRO DE APOIO A SISTEMAS OPERATIVOS (CASOP)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	KYR-8J02	2014	Não Consta	FIAT	SIENA	Gasolina	Leve	3N1AB61D29L601609
02	JRD-7F55	2007	Não Consta	PEUGEOT	PEUGEOT	Gasolina	Leve	9362EKFW97B031967
03	KRN-1909	2008	Não Consta	GM	S-10	Gasolina	Leve	9BG138GU08C436532
04	LPE-2776	2008	Não Consta	VW	KOMBI	Gasolina	Leve	9BWGF07X28P022123
05	LNS-0258	2001	Não Consta	PEUGEOT	BOXER	Diesel	Leve	VF3232YB216121945
06	LQP-9627	2012	Não Consta	GM	S-10	Diesel	Leve	9GB148DH0DC450337
07	LPB-3714	2007	Não Consta	MITSUBISHI	L-200	Diesel	Leve	93XGNK7408C735327

CENTRO DE MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES MIÚDAS (CMEM)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	KYL-1D02	2008	Não Consta	VOLKSWAGEN	GOL	Gasolina	Leve	9BWCA05W58P114057
02	NYU-5662	2011	Não Consta	RENAULT	MEGANE	Gasolina	Leve	93YKM263HBJ755214
03	LLV-9140	2012	Não Consta	IVECO	DAILY 70C1	Diesel	Pesado	93ZC70C01D8446757
04	NÃO CONSTA	2000	Não Consta	AGRALE	AGRALE (TRATOR)	Diesel	Pesado	Z000228Y
05	NÃO CONSTA	2009	Não Consta	ZHEJIANG	CPCD-40 (EMPILHADEIRA)	Diesel	Pesado	090101086
06	NÃO CONSTA	2012	Não Consta	SHANGAI	CPCD-40 (EMPILHADEIRA)	Diesel	Pesado	1201040760/11240023
07	NÃO CONSTA	2013	Não Consta	HANGCHA	CPCD-40 (EMPILHADEIRA)	Diesel	Pesado	F4ACO5535
08	NÃO CONSTA	1996	Não Consta	MILAN	MILAN (EMPILHADEIRA)	Diesel	Pesado	ILEGÍVEL

COMANDO DO 1º ESQUADRÃO DE APOIO (ComEsqdAp-1)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LMV1F79	2019	Não Consta	Nissan	Versa	Flex	Leve	94DBCAN17KB115019
02	KOP5I10	2011	Não Consta	Ford	Ranger	Diesel	Leve	8AFER13P1CJ477375
03	KZT6765	2006	Não Consta	Mitsubishi	L200	Diesel	Leve	93XJNK3407C647195
04	JJQ1003	2007	Não Consta	GM	S10	Flex	Leve	9BG12GU07C417431
05	LKS4J25	2008	Não Consta	Fiat	Ducato	Diesel	Leve	93W244M2392032207
06	OWT3I46	2014	Não Consta	GM	Spin	Flex	Leve	9BGJB75Z0EB156288

NAVIO DE DESEMBARQUE DE CARROS DE COMBATE ALMIRANTE SABOIA (NDCCAlteSaboia)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LTJ4350	2012	Não Consta	CHEVROLET	CLASSIC	Flex	Leve	9BGSU19F0DC108941
02	SRX9D60	2024	Não Consta	Ford	Ranger XL	Diesel	Leve	8AFBR01FXRJ400357

NAVIO DOCA MULTIPROPÓSITO (NDMBahia)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	KYP-8492	2016/17	Não Consta	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	Flex	Leve	9BD1196GDH1139285
02	LUK9G75	2022/23	Não Consta	FIAT	FIORINO ENDURANCE	Flex	Leve	9BD2651PAP9221370

GRUPAMENTO DE MERGULHADORES DE COMBATE (GruMeC)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LPL-7995	2009	Não Consta	Agrale	Ônibus	Diesel	Pesada	9BYC51A1A8C000470
02	LPU-9309	2010/11	Não Consta	Ford	Ranger	Diesel	Leve	8AFER13PXB362790
03	KXN-1723	2008	Não Consta	Fiat	Ducato	Diesel	Leve	93W244M2382026271
04	KOM-8796	2011/12	Não Consta	Mitsubishi	L200	Diesel	Leve	93XPNK740CCB83825
05	KVS-5603	2012	Não Consta	Ford	Focus	Flex	Leve	8AFTZZFFCCJ019021

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO ALMIRANTE ÁTILA MONTEIRO ACHÉ (CIAMA)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI

01	KZN-9H25	2018	Não Consta	FORD	KA SEDAN 1.6	Gasolina	Leve	9BFZH54J6J8181131
02	RIP-2H23	2020	Não Consta	FORD	KA HATCH 1.5	Gasolina	Leve	9BFZH55S9M8037620
03	LNK-9J02	2018	Não Consta	FIAT	DOBLO	Gasolina	Leve	9BD1196GDJ1147590
04	RJD-7J59	2020	Não Consta	MITSUBISHI	L200	Diesel	Leve	93XLJKL1TMCL33045
05	KZO-7D07	2018	Não Consta	RENAULT	MASTER	Diesel	Pesada	93YMAF4XEKJ561637
06	LQQ-3784	2012	Não Consta	MERCEDES BENZ	ATRON 1319	Diesel	Pesada	9BM694000CB864628

COMANDO DO 1º ESQUADRÃO DE ESCOLTA (ComEsqdE-1)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	KUV-7785	2007/08	Não Consta	Renault	Clio	Flex	Leve	8A1BB8B058L950672
02	KQS-0984	2008	Não Consta	VW	Kombi	Flex	Leve	9BWGF07X58P022116
03	LLG-2944	2010/11	Não Consta	Ford	Courier	Flex	Leve	9BFZC52P5BB899831
04	KPZ-7262	2014/15	Não Consta	Mitsubishi	L200	Diesel	Leve	93XLNKB8TFCE98814
05	LTQ-8B11	2019	Não Consta	Nissan	Versa	Flex	Leve	94DBCAN17KB114060
06	LTE-1A74	2005	Não Consta	Chevrolet	S10 S	Gasolina	Leve	9BG124GX05C434424
07	MEP-0J69	2005/06	Não Consta	Chevrolet	S10 D	Diesel	Leve	9BG138JJ06C411422
08	OWT-3843	2013/14	Não Consta	Chevrolet	Spin	Flex	Leve	9BGJB75Z0EB155542
09	LQM-5B36	2012/13	Não Consta	Citroen	Jumper	Diesel	Leve	935ZBWMMBD2103702

COMANDO DO 2º ESQUADRÃO DE ESCOLTA (ComEsqdE-2)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	LMV-1F76	2019	Não Consta	Nissan	Versa	Flex	Leve	94DBCAN17KB115018
02	LMK-8564	2016	Não Consta	Fiat	Doblo	Flex	Leve	9BD1196GDH1139773
03	KNL-6J68	2008	Não Consta	Mitsubishi	L200	Diesel	Leve	93XGNK7408C841485
04	LPU-8697	2010	Não Consta	Ford	Courier	Flex	Leve	9BFZC52P1BB904295

05	LRP-1H11	2019	Não Consta	Fiat	Palio Weekend	Flex	Leve	94DBCAN17KB115018
----	----------	------	------------	------	---------------	------	------	-------------------

NAVIO -ESCOLA BRASIL (NEBrasil)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	RIV-3F30	2019/20	Não Consta	Ford	Ka SE Plus	Leve	Gasolina	9BFZH55S3M8037662
02	KPI-7C17	2013	Não Consta	Chevrolet	S-10	Leve	Gasolina	9BG144CP0DC470098
03	LOQ-6C08	2012/13	Não Consta	Citroen	Jumper Minibus	Leve	Diesel	935ZBWMMBD2103934

NAVIO -AERÓDROMO MULTIPROPÓSITO ATLÂNTICO (NAMAtlantico)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	KRX-3F80	2017	Não Consta	Nissan	Versa	GASOLINA	Leve	94DBCAN17HB116049
02	RJR-6B54	2022	Não Consta	Renault	Master	DIESEL	Leve	93YMAFERCNJ040660
03	LPK-3069	2009	Não Consta	Comil	Agrale	DIESEL	Pesada	9BYC32Y139C001359
04	-	2025	-	Mitsubishi	L200	DIESEL	Leve	-

NAVIO VELEIRO CISNE BRANCO (NveCisneBranco)								
ITEM	PLACA	ANO	GARANTIA DE FÁBRICA VIGENTE	MARCA	MODELO	COMBUSTÍVEL	CATEGORIA	CHASSI
01	JHN-9E13	2010	Não Consta	Fiat	Linea HLX 1.9	Flex	Leve	9BD110586A1522931
02	KVK-9239	2010/2011	Não Consta	Ford	Fiesta Sedan 1.0	Flex	Leve	9BFZF54A4B8157160

Niterói, RJ, na data da assinatura.

RAMON VILLAR OLIVEIRA
Capitão-Tenente
Encarregado do Grupo de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: APÊNDICE-III-(Relação-de-Viaturas-do-CNM).pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

RAMON VILLAR OLIVEIRA (CPF ***.220.747-**) em 18/08/2025 10:23:00 -03 (BRT)

*** Cópia para verificação de assinaturas. ***